

**EXCELENTÍSSIMO REPRESENTANTE DA COMISSÃO LICITANTE DO MUNICÍPIO  
DE FRANCISCO BELTRÃO – ESTADO DO PARANÁ**

**EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI** com sede na cidade de Cornélio Procópio - PR, à Rua Goiás nº 494 - Centro, CEP: 86.300-000, inscrita no CNPJ 32.018.973/0001-44, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41600790928; neste ato representado por sua sócia proprietária e administradora **BARBARA FONSECA ALVES**, brasileira, solteira, natural de Brasília - DF, nascida em 14/01/1999, portadora do CPF/MF sob nº 043.787.861-92, inscrita na cédula de identidade civil nº 2.877.672- SSP/DF, com domicílio à Av. XV de Novembro nº 505, apto 101 - Centro, na cidade de Cornélio Procópio – PR - CEP: 86.300-000, vem através de seus procuradores **KOCH E BRAGA ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 60.279.935/0001-80, inscrita na OAB/PR nº 20.206, com sede na Rua Massud Amin nº 88, Edifício Minas Gerais, Sala 402, Centro, Cornélio Procópio/PR, CEP 86.300-000, representada pelos sócios **LUIZ PAULO BUSQUIM BRAGA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR nº 75.271, **VICTOR FELIX SZYTKO KOCH**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR nº 90.985, com endereço de e-mail kochbragaadvogados@gmail.com, vem diante deste órgão apresentar **IMPUGNAÇÃO** em face do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026**, do município de Francisco Beltrão/PR.

Visando o direito da empresa em participar do pregão eletrônico mencionado em epígrafe, vem a mesma através de seus procuradores na presente **IMPUGNAÇÃO**, demonstrar algumas ilegalidades exigidas como quesito fundamental para participação da licitação já mencionada.

Não havendo outra medida cabível com a iminência da abertura das propostas a presente **IMPUGNAÇÃO**, conforme os argumentos a seguir expostos.

## **I. DO EDITAL**

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, cidade situada no Estado do Paraná, tornou público o presente processo licitatório, que visa o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura de sinalização de vias públicas pavimentadas, conforme descrito na tabela SINAPI, para atendimento das necessidades do Departamento Beltronense de Trânsito

O certame, regido pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, estabelece as condições para a delegação deste serviço essencial à organização do trânsito urbano e à democratização do uso do espaço público.

A análise minuciosa do instrumento convocatório e seus anexos revela a existência de cláusulas que impõem restrições ilegais à competitividade, fragilizando os princípios da legalidade, isonomia e da

obtenção da proposta mais vantajosa, conforme os fundamentos detalhados a seguir.

## II. DO OBJETO INDEFINIDO

A sinalização viária horizontal e vertical é um serviço de engenharia de manutenção que exige rigor técnico absoluto, pois impacta diretamente na segurança pública e na fluidez do tráfego urbano.

No contexto de um Sistema de Registro de Preços (SRP), a indefinição de quantitativos por item e a ausência de memórias de cálculo robustas criam um ambiente de incerteza que afasta potenciais competidores qualificados e induz à formulação de propostas temerárias ou com sobrepreço defensivo.

O edital estabelece apenas o valor global estimado da contratação, porém não apresenta quantitativos estimados para cada serviço:

### **PINTURA DE VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS**

1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DESCRITOS NA TABELA SINAPI EM VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO - o material de pintura (tinta e microesfera) será fornecido pelo município).	50%	600.000,00
---	---	-----	------------

A inexistência de uma relação clara entre a demanda prevista e os quantitativos a serem contratados fere o dever de transparência e o princípio do julgamento objetivo. Se o Departamento Beltronense de Trânsito não sabe se precisará pintar 500 ou 5.000 metros quadrados de faixas de pedestres, não há como garantir que o valor

reservado é adequado ou se haverá recursos suficientes para atender a todas as vias do município.

Além disso, o edital não apresenta unidades de medida coerentes, não fazendo a distinção entre metro linear e metro quadrado, e, o mais grave ainda, não apresenta o memorial de cálculo, mesmo citando que existe um ETP:

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1 De acordo com os levantamentos efetuados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, conclui-se que o serviço de pintura de sinalização de vias públicas pavimentadas é fundamental para manter o bom aspecto, segurança e melhorar a sinalização viária, contribuindo para a conservação das vias públicas do Município, tornando o ambiente mais agradável e melhor sinalizado, proporcionando bem-estar e contribuindo para a conservação, conforto e segurança de quem frequenta ou transita por esses locais.

3.2 Este Município não dispõe de equipe suficiente e adequada para atender a demanda além da reprimida alocação de recursos financeiros, tornando necessário a contratação de mão de obra através de empresa especializada para atender a demanda.

3.3 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

A falta de uma estimativa de consumo por item impede que os licitantes formem preços adequados. Na área de sinalização, a logística e a mobilização de equipes têm altos custos fixos, que só são reduzidos se houver transparência sobre a quantidade de trabalho a ser realizada em cada ordem de serviço.

Um licitante que não tem conhecimento da proporção entre itens simples e complexos tende a oferecer preços mais altos para se resguardar da incerteza, o que gera prejuízo ao erário devido à falta de vantajosidade.

Ao publicar um edital sem especificar a volumetria de cada serviço, a Administração Pública não atende ao dever de motivação e ao princípio da eficiência, estabelecidos no Artigo 5º da Lei 14.133/2021:

*ART. 5º NA APLICAÇÃO DESTA LEI, SERÃO OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA PUBLICIDADE, DA EFICIÊNCIA, DO INTERESSE PÚBLICO, DA PROBIÇÃO ADMINISTRATIVA, DA IGUALDADE, DO PLANEJAMENTO, DA TRANSPARÊNCIA, DA EFICÁCIA, DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES, DA MOTIVAÇÃO, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DO JULGAMENTO OBJETIVO, DA SEGURANÇA JURÍDICA, DA RAZOABILIDADE, DA COMPETITIVIDADE, DA PROPORCIONALIDADE, DA CELERIDADE, DA ECONOMICIDADE E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL, ASSIM COMO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 (LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO).*

A inexistência de memória de cálculo ou de um histórico de consumo nos autos do processo licitatório de Francisco Beltrão constitui uma falha grave na fundamentação do ato administrativo. Embora o Termo de Referência mencione a existência de um Estudo Técnico Preliminar, a ausência dos cálculos que justificam o montante de R\$ 600.000,00 fere o princípio da motivação e impede o controle social e institucional da despesa pública.

Para pintar uma faixa de pedestre em um bairro afastado, a empresa incorre em custos de transporte de máquinas, sinalização de segurança e equipe que são praticamente os mesmos para pintar dez

faixas no mesmo local. Se o edital não indica se as ordens de serviço serão pulverizadas ou concentradas, o licitante terá que embutir esse risco no preço unitário. A ausência de histórico de consumo impede que o particular entenda o padrão de demanda do Departamento Beltronense de Trânsito.

Segundo o TCU, especificações genéricas ferem o princípio da publicidade e da transparência, pois neste caso, os licitantes não sabem exatamente qual o tipo de serviço que será realizado:

*SÚMULA TCU 177: A DEFINIÇÃO PRECISA E SUFICIENTE DO OBJETO LICITADO CONSTITUI REGRA INDISPENSÁVEL DA COMPETIÇÃO, ATÉ MESMO COMO PRESSUPOSTO DO POSTULADO DE IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES, DO QUAL É SUBSIDIÁRIO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, QUE ENVOLVE O CONHECIMENTO, PELOS CONCORRENTES POTENCIAIS DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA LICITAÇÃO, CONSTITUINDO, NA HIPÓTESE PARTICULAR DA LICITAÇÃO PARA COMPRA, A QUANTIDADE DEMANDADA UMA DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E ESSENCIAIS À DEFINIÇÃO DO OBJETO DO PREGÃO.*

A importância da memória de cálculo e definição do objeto reside na proteção da própria Administração. Ao detalhar o consumo de materiais, como a tinta acrílica à base de resina, o órgão gerenciador garante que a fiscalização terá parâmetros para cobrar a qualidade do serviço executado. Sem a indicação de quanto material deve ser gasto por metro quadrado, a fiscalização torna-se subjetiva, abrindo margem para o pagamento por serviços não executados ou executados com economia indevida de materiais pela contratada;

### **III. DA AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DE PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA**

Verifica-se no presente certame que inexistiu Estudo Técnico Preliminar e Planilha de Viabilidade Econômica confeccionado pela Administração Pública, o que pode acarretar prejuízos econômicos para o erário público, bem como para as empresas licitantes.

Neste sentido, Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares, leva à contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação, ou levando à especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação.

Os Tribunais de Contas pátrio já se formaram jurisprudência no sentido de que o Estudo Técnico Preliminar é imprescindível para a lisura do certame licitatório:

*EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE NÃO REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ADEQUADO IRREGULARIDADE MULTA CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO ADITIVO FORMALIZAÇÃO REGULARIDADE. O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA A CONTRATAÇÃO CONSTITUI FASE DO PROCESSO LICITATÓRIO QUE DETÉM GRANDE IMPORTÂNCIA; É POR MEIO DELE QUE O ÓRGÃO LICITANTE APRESENTA OS*



DADOS REFERENTES AO OBJETO DA LICITAÇÃO, EVIDENCIA A REAL NECESSIDADE E OS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, TRAZ A ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES ESTIMADAS, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, DEMONSTRA O LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR, APRESENTA A ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS, TRAZ A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E, OUTROS DADOS QUE POSSAM DAR SUPORTE AO ESTUDO. A NÃO REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ADEQUADO AO CERTAME EVIDENCIA IRREGULARIDADE DA PRIMEIRA FASE ESUJEITA O RESPONSÁVEL À APLICAÇÃO DE MULTA; MAS AS FORMALIZAÇÕES DO CONTRATO E DE SEU TERMO ADITIVO REALIZADAS EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS SÃO DECLARADAS REGULARES. ACÓRDÃO: VISTA, RELATADA E DISCUTIDA A MATÉRIA DOS AUTOS, NA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, DA SEGUNDA CÂMARA, REALIZADA DE 10 A 13 DE AGOSTO DE 2020, ACORDAM OS SENHORES CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PELA APLICAÇÃO DE MULTA EM RAZÃO DA IRREGULARIDADE CONSTATADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2019, INFRINGÊNCIA DO ART. 6º, IX, DA LEI N. 8666/1993, CONSUBSTANCIADA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ADEQUADO AO CERTAME LICITATÓRIO, A OPREFEITO MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA, EDSON STEFANO TAKAZONO, NO VALOR EQUIVALENTE A 50 (CINQUENTA) UFERMS, E CONCESSÃO DE PRAZO DE 45 DIAS PARA O



RECOLHIMENTO AO FUNTC DA MULTA APLICADA, BEM COMO PARA A COMPROVAÇÃO NO REFERIDO PRAZO, SOB PENADE COBRANÇA EXECUTIVA JUDICIAL; E PELA REGULARIDADE DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 80/2019 E DO 1º TERMOADITIVO AO CONTRATO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA E A EMPRESA S .H. INFORMÁTICA LTDA.CAMPO GRANDE, 13 DE AGOSTO DE 2020.CONSELHEIRO RONALDO CHADID RELATOR (TCE-MS - LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO: 41772019 MS 1973123, RELATOR: RONALDO CHADID, DATA DE PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO TCE-MS N. 2584, DE 01/09/2020)

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE PLANEJAMENTO, DESPACHO E FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO CARRO-PIPA. DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA NOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DE JUSTIFICATIVA ADEQUADA PARA A SOLUÇÃO PROPOSTA. PREVISÃO DE QUANTITATIVO DE DISPOSITIVOS DE MONITORAMENTO A SEREM CONTRATADOS INCOMPATÍVEL COM O DE CARRO-PIPA A SER MONITORADO. OITIVA. PROCEDÊNCIA. ANULAÇÃO DO CERTAME. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. (TCU - RP: 01517420182, RELATOR: AUGUSTO NARDES, DATA DE JULGAMENTO: 22/08/2018, PLENÁRIO)

REPRESENTAÇÃO. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE AGENTE DE PORTARIA - NOTURNO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÕES EFETUADAS POR MUNICÍPIO, CUSTEADAS COM RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE ESTUDOS TÉCNICOS

PRELIMINARES. HABILITAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM EVIDÊNCIAS DE NÃO SER FIDEDIGNO. REALIZAÇÃO DE OITIVAS E DE AUDIÊNCIAS. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. MULTA. ARQUIVAMENTO.

(TCU - RP: 26072021, RELATOR: MARCOS BEMQUERER, DATA DE JULGAMENTO: 27/10/2021)

Assim, fica nítido e claro o dever da Administração Pública em realizar Estudo Preliminar de Viabilidade Técnica do objeto licitado do presente chamamento público.

Não obstante, conforme já explicitado o presente certame não apresenta Planilha de Viabilidade Econômica, o que impossibilita sua continuidade para a abertura dos envelopes, podendo assim prejudicar tanto as licitantes, quanto o erário público.

Deve neste sentido, realizar a Administração Pública a confecção de Planilha de Viabilidade Econômica é de suma importância para garantir a equidade, lisura e não prejuízo ao erário durante a instrução e contratação do que está sendo licitado.

Assim, devemos analisar julgados do TCU que indica que a ausência de Planilha de Viabilidade Econômica inviabiliza o certame público, com sua consequente anulação e aplicação de multa ao ente público.

RELATÓRIO DE AUDITORIA. IMPLANTAÇÃO DO NOVO CENTRO DE PROCESSAMENTO FINAL DE IMUNOBIOLOGICOS DE BIOMANGUINHOS - RJ. NÃO CORREÇÃO DAS

FALHAS NOS ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA (EVTE). AUSÊNCIA DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS AO MODELO DE FINANCIAMENTO ESCOLHIDO. BUILT TO SUIT. ORÇAMENTO DA OBRA CONTENDO IMPRECISÕES. RISCOS RELACIONADOS À MODELAGEM. CLÁUSULAS NO EDITAL QUE PODEM RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE. OITIVA PRÉVIA. SANEAMENTO PARCIAL DAS FALHAS NO EVTE. PROJETO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SUCESSO DO EMPREENDIMENTO ASSOCIADO A AÇÕES DO PRÓPRIO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CORREÇÃO DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS QUE PREJUDICAVAM A COMPETITIVIDADE. DETERMINAÇÕES E MEDIDAS ACESSÓRIAS. (TCU - RA: 19282021, RELATOR: BENJAMIN ZYMLER, DATA DE JULGAMENTO: 11/08/2021)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. CONCESSÃO IRREGULAR DE FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FNE E DO FAT PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETO. AUSÊNCIA DE PRÉVIO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE ENTREGA DOS BENS AOS GRUPOS DE TRABALHADORES TITULARES DO FINANCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL PELA EMPRESA-ÂNCORA DO EMPREENDIMENTO. CONTAS IRREGULARES. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA COM OS ADMINISTRADORES DAS EMPRESAS. MULTAS (TCU 00519320040, RELATOR: BENJAMIN ZYMLER, DATA DE JULGAMENTO: 17/03/2010)

FISCOBRAS 2004. LEVANTAMENTO DE AUDITORIA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA

BARRAGEM DE PAULA PESSOA NO ESTADO DO CEARÁ. PROJETO BÁSICO DESATUALIZADO E AUSÊNCIA DE ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA, DO EIA/RIMA E DAS LICENÇAS AMBIENTAIS PERTINENTES. OUTRAS IRREGULARIDADES SE REFEREM A CONTRATO JÁ RESCINDIDO. NECESSIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS EXCLUSIVAMENTE PARA A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS, DOS ESTUDOS E PARA OBTENÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS. ENVIO DE CÓPIA DO ACÓRDÃO, ACOMPANHADO DO RELATÓRIO E VOTO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL COMUNICANDO ESSA NECESSIDADE. DETERMINAÇÃO AO DNOCS PARA QUE SOMENTE PROCEDA À EXECUÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS COM A FINALIDADE DE ELABORAÇÃO DOS REFERIDOS ESTUDOS E OBTENÇÃO DAS LICENÇAS NECESSÁRIAS. DETERMINAÇÃO À SECEX/CE PARA MONITORAMENTO. (TCU - RL: 00435320041, RELATOR: AUGUSTO SHERMAN, DATA DE JULGAMENTO: 21/07/2004)

Ao que foi exposto, entende-se necessário a realização de Planilha de Viabilidade Econômica, respeitando as diretrizes legais, bem como jurisprudenciais.

#### **IV. DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Trata-se de contrato onde a Pessoa Jurídica de Direito Privado atua em esfera pública, compreendendo a locomoção atrelada

ao interesse público, garantindo os princípios de direito difuso, que asseguram a continuidade de eventual execução futura.

A oportunidade de participação da empresa no certame é feita por meio de Audiência Pública, englobando a concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Embora não tenha previsão exata em instrumento jurídico, existem diversas menções expressas em nossa Constituição Federal, prevendo a implementação da “cooperação dos usuários” (art. 3º), ainda que os usuários possam exercer o serviço adequado e as informações para defesa de interesses individuais e coletivos do poder concedente ou da concessionária (art. 7º, I e II).

Ainda cabe mencionar que deve ser colocado à disposição dos interessados “os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para licitação, realizados pelo poder concedente ou com sua autorização” (art. 21º), cumulado com “estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço” (art. 29º).

O edital ora impugnado, não segue a regra amplamente citada em seus artigos previstos em Lei, não acompanhando qualquer indicativo de tal Audiência Pública.

*ART. 5º O PODER CONCEDENTE PUBLICARÁ, PREVIAMENTE AO EDITAL DE LICITAÇÃO, ATO JUSTIFICANDO A CONVENIÊNCIA DA OUTORGA DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO,*

CARACTERIZANDO SEU OBJETO, ÁREA E PRAZO.

Complementando a necessidade da Audiência, findou prejudicado pela falta da mesma, justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, conforme artigo exposto acima.

De fato, tal erro causa nulidade de fato do presente edital, passível de anulação do certame, tema já referendado pelo próprio TCU:

NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS QUE PRECEDEM AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEVEM SER INCLUÍDAS NAS DISCUSSÕES AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, ECONÔMICO-FINANCEIRAS, AMBIENTAIS E JURÍDICAS CONSTANTES DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE, DISPONIBILIZANDO-SE AO PÚBLICO DOCUMENTOS QUE PERMITAM IDENTIFICAR CLARAMENTE AS METODOLOGIAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS AFERIDAS, CALCULADAS E UTILIZADAS NA TOMADA DE DECISÃO.

ACÓRDÃO 925/2016-PLENÁRIO | RELATOR: WALTON ALENCAR RODRIGUES

A AUDIÊNCIA PÚBLICA NÃO É ATO DISCRICIONÁRIO NO CASO DE ARRENDAMENTO DE ÁREAS DE PORTO, DEVENDO SER EXIGIDA PARA LICITAÇÃO CUJO VALOR ULTRAPASSE O LIMITE ESTIPULADO NAS NORMAS ESPECÍFICAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO (ANTAQ) E NO ART. 39 DA LEI 8.666/1993, CONSIDERANDO PARA TANTO A RECEITA TOTAL ESTIMADA DO ARRENDAMENTO. QUANDO EXIGÍVEL, A AUDIÊNCIA PÚBLICA É CONDIÇÃO DE VALIDADE DO PROCEDIMENTO, ALÉM DE PROPORCIONAR MAIOR PUBLICIDADE E

TRANSPARÊNCIA PARA A ATIVIDADE  
ADMINISTRATIVA E AUXILIAR NO CONTROLE  
DA LEGALIDADE E DA CONVENIÊNCIA DAS  
LICITAÇÕES PÚBLICAS.  
ACÓRDÃO 2243/2007-PLENÁRIO | RELATOR:  
UBIRATAN AGUIAR

Portanto, seguindo o que já fora exposto em termos jurídicos e jurisprudenciais, seja absolutamente nulo o procedimento licitatório em tela.

## V. DOS PEDIDOS

Ante todo exposto, requer seja levada em consideração a presente impugnação, coma suspensão do certame licitatório, bem como acatando nosso pedido de **retificação do edital**, para que dentro da legalidade seja justa quanto à ampla concorrência das empresas, ainda **garanta a isonomia nas licitações**.

Requer ainda, que as movimentações ou esclarecimentos do presente feito, continuem sendo enviadas no endereço eletrônico da empresa, e **também sejam direcionadas aos procuradores no endereço eletrônico** kochbragaadvogados@gmail.com, sob pena de nulidade.

De Cornélio Procópio/PR

Para Francisco Beltrão/PR, 11 de março de 2026.

**LUIZ PAULO BUSQUIM BRAGA**

**OAB/PR 75.271**





**VICTOR FÉLIX SZYTKO KOCH**  
**OAB/PR 90.985**

